



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DO DIA 23 DE ABRIL DE 2019**

**Presidente**

Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

**Deputados**

Carlos Eduardo Melo Braga

Cláudio Manuel Pacheco Medeiros

Bruno Furtado Moniz

António José de Braga Sousa

Maria Helena de Rodrigues e Ponte

André Filipe Vicente Mansinho

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro

Bruno Miguel Arruda Machado

Alexandre Custódio Batista Câmara Amaral

Zenaide Margarida Soares Henrique

Séfora de Fátima Santos da Costa Correia

José Honorato de Sousa Medeiros

Gilberto de Medeiros Caetano

Emanuel Frias Santos

João Alberto Carreiro de Medeiros Simas

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Edgardo Costa Madeira

António José Santos Ponte

Dinarte José Resendes Sardinha

Emanuel de Sousa Medeiros

Maria da Conceição Frias Santos

Arménio Maurino Correia Jardim

José Eduardo Costa

**Secretários**

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte



## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE ABRIL DE 2019

### ÍNDICE

#### ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM - PROC. N.º 2019/150.10.701/1 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - RETIFICAÇÃO DE ESCRITURA DE CESSÃO GRATUITA- CESSÃO GRATUITA-AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL (CAMINHO RURAL DO CASTELO BRANCO)

PONTO DOIS - E N.º 1823/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS/2019 - JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO MIGUEL

PONTO TRÊS - E N.º 2203/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PEDIDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - CONSTRUÇÃO DE OSSÁRIO - JUNTA DE FREGUESIA DE PONTA GARÇA

PONTO QUATRO - - I N.º 352/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - 2.<sup>a</sup> REVISÃO ORÇAMENTAL

PONTO CINCO - I N.º 341/2019 - INFORMAÇÃO - SETOR EMPRESARIAL LOCAL - RELATÓRIOS DE GESTÃO E CONTAS DE 2018

PONTO SEIS - I N.º 332/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE CONTAS -EXERCÍCIO DE 2018



## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE ABRIL DE 2019

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão Ordinária, a Assembleia Municipal, sob a presidência da senhora Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, secretariado pela senhora Maria Paula Carvalho Dias Pimentel e pela senhora Clotilde de Melo Cabral Correia da Ponte respetivamente na qualidade de primeira e segunda secretária da Mesa da Assembleia. -----

A senhora Presidente declarou aberta a sessão eram 20 horas. -----

### **- Registo de Presenças**

Seguidamente foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes desse órgão, verificando-se a não comparência, sem justificação do senhor Hélder Herculano Pimentel Medeiros.-----

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues, o Vice-Presidente, Carlos Melo Pimentel e os vereadores, Gonçalo Patrício Fontes Dias e Arnaldo Manuel Guerreiro de Sousa. Não estiveram presentes as vereadoras, Sabrina Marília Coutinho Furtado, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental e Nélia Maria Silva Alves Guimarães, por motivo justificado.-----

### **- Aprovação da ata anterior**

Foi submetida a apreciação e votação a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 22 de fevereiro de 2019, sendo a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

### **- Correspondência Recebida**

Pela senhora Presidente da Assembleia Municipal foi dado conhecimento, de uma carta do membro da Assembleia Municipal, senhora Cláudia de Jesus Lima Cabral, a apresentar a sua renúncia ao mandato de deputada Municipal, eleita pelo Partido Social Democrata, para o quadriénio de 2017/2021, naquela ordem, tinha sido então convocado o membro a seguir na Lista do PSD, senhor José Honorato de Sousa Medeiros, para a substituição em causa, efetuando-se a sua instalação.-----

De seguida a senhora Presidente da Assembleia Municipal comunicou que o senhor Hélio Januário Amaral tinha enviado para conhecimento da Assembleia Municipal, uma cópia de uma comunicação dirigida ao senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre um Muro de Vedação/Divisório – Propriedade de Hélio Januário Amaral e Eduíno Simas Couto. -----



O Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra que lhe foi conferida, sobre o muro/vedação, referiu, que aquele tema tinha sido presente à Assembleia Municipal e que achava que a Câmara Municipal não devia de assumir os 100%, como tinha sido anunciado em sessões anteriores. Não se chegando a acordo, não havia mais nada a dizer sobre o assunto.-----

Foi presente à Assembleia, pelo Grupo Parlamentar os Verdes, um Projeto de Resolução para a erradicação do uso do Glifosato. -----

Por último, foi presente a carta enviada pela senhora Juventina Branco e família a agradecer o Voto de Pesar, pelo falecimento do seu marido Arnaldo Raposo de Amaral.

### **ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra, para solicitar a votação da inserção de mais um ponto na ordem de trabalhos, relacionado com a atribuição de Distinção Honorífica de Medalha de Ouro ao Dr. Carlos Eduardo da Silva Melo Bento. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade e passou a constar como ponto sete da Ordem de Trabalhos. -----

### **PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS**

Pediu a palavra, o Membro da Assembleia, Bruno Machado, para abordar 2 assuntos. O primeiro relacionado com os Centros de Atividades dos Tempos Livres (CATL) no Concelho. Referiu que tivera conhecimento que, para o ano que se aproximava, não iam haver vagas para mais crianças, como também soubera que em São Pedro, o espaço que estava a ser utilizado para a CATL, era pertença da Irmandade do Divino Espírito Santo dos Aflitos, a qual manifestou intenção de não renovar mais a ocupação para o citado fim, o que iria dificultar muito a situação dos pais que necessitavam de deixar os filhos, após o horário escolar até à hora de saída dos empregos dos mesmos. Questionou, se a Câmara Municipal, não estaria aberta a criar novos espaços para aquele fim. Por fim lançou a hipótese de as próprias escolas básicas, após o horário escolar, reterem as crianças, nas condições normais dos CATLs, à semelhança de outros concelhos. O segundo assunto, prendeu-se com recinto das festas de São João e questionou se as festas teriam lugar no mesmo espaço, junto à Rotunda dos Frades, à semelhança dos anos anteriores, uma vez que ali se encontrava edificado um Restaurante. -----

O Presidente da Câmara no uso da palavra que lhe fora concedida respondeu que, a Câmara Municipal estaria sempre pronta para apoiar, quando possível, mas como não pode intervir no domínio de outras entidades, poderia enviar um ofício às duas instituições envolvidas, naquele caso a Santa Casa e a Creche o Cogumelo, para dar conhecimento da



preocupação levantada por um dos deputados da Assembleia Municipal. Quanto à segunda questão, o Presidente da Câmara afirmou que o São João seria na Rotunda dos Frades. Acrescentou que na Praça Bento de Góis as festividades não resultavam. Referiu que os comerciantes daquele recinto foram ouvidos e na Noite de São João, fecharam as portas dos estabelecimentos. Explicou que tinha sido investido muito dinheiro no espaço onde se desenrolariam as festas, as condições eram exemplares e as infraestruturas adequadas para que tudo funcionasse sem que a inspeção apontasse algo em contrário. Referiu existir uma cozinha, eletricidade e instalações sanitárias condignas para as Festas de São João. -----

Solicitou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, Flávio Pacheco, que esclareceu que os Catles eram valências socio educativas das IPS e que ao todo existiam 6 Catles no concelho. Acrescentou que os espaços para funcionarem regiam-se por legislação rigorosa. Havia uma lista de espera enorme e que as IPS tinham condicionamentos legais e de espaço. -----

A Presidente da Assembleia, sobre o assunto dos Catles, referiu que as salas do 1º Ciclo, após o horário escolar, estavam equipadas com material escolar e que esses não eram adequados às crianças que frequentam as Catles. Além dessa condicionante as escolas debatiam-se também com a sobrelotação. -----

O membro da Assembleia, Edgardo Madeira pediu a palavra para alertar para a necessidade de se assegurar o património vila-franquense, à luz do acidente catastrófico que incendiou a Catedral de Nossa Senhora de Paris, nomeadamente o edifício da Câmara Municipal, os vários núcleos museológicos entre outros. -----

De seguida pediu a palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, que pediu a palavra para referir que a 15 de abril tinha sido enviado um requerimento por correio eletrónico, para que fosse disponibilizado na Assembleia Municipal, os projetos das obras do Parque da Mãe de Deus e do Mercado de Peixe, atendendo ao facto de todos os membros da Assembleia Municipal serem chamados a aprovar os valores para as respetivas obras, sem saberem como essas estariam a ser feitas. Relativamente às Festas de São João deixou registado um apelo ao não uso do plástico durante as festividades e alertou para, à semelhança da Feira Quinhentista da Ribeira Grande e em várias partes do Continente Português, que fossem utilizados copos de plásticos mais resistentes o que reduziria a 50% os copos de plásticos vulgares. Deu como exemplo copos de plásticos vendidos a €0.50 (cinquenta cêntimos) com símbolos alusivos a São João e ainda a existência de vários pontos de água distribuídos por vários sítios, para lavagem dos mesmos. Outra questão apontada pelo Membro da Assembleia Emanuel Medeiros prendeu-se com os parques de estacionamento em Vila Franca do Campo, mais precisamente, com o parque da Casa Cheia, na Rua Teófilo de Braga. Referiu que se encontrava maioritariamente vazio, a ocupação diária não ultrapassava os 6 a 7 carros. Assim, propôs, uma vez que os ocupantes pagavam caro, fossem colocadas cancelas com abertura eletrónica, em que a primeira meia hora fosse gratuita, tempo muitas vezes suficiente para os utilizadores resolverem os seus assuntos naquela área. -----



O Presidente da Câmara Municipal, quanto aos projetos das obras em curso, disse que seria uma questão de ordem poderem consultar os mesmos. Afirmou que daria instruções para que, com a devida antecedência e após marcação, pudessem ser vistos. Sobre os parques disse que seria uma hipótese rever o contrato existente. No entanto, acrescentou que era da responsabilidade da Empresa a gestão dos mesmos.

O membro da Assembleia, Carlos Braga, pediu a palavra e comentou que no ano passado tinha questionado o Presidente da Câmara Municipal sobre qual seria a estrutura a ser construída na Rotunda dos Frades, ao que o mesmo lhe respondera que era uma infraestrutura para apoiar as Festas de São João. No entanto, referiu que dois meses depois o Restaurante fora inaugurado e depois em pouco tempo teria fechado, reabrindo tempos depois. Questionou o Presidente da Câmara sobre quem explorava, em que moldes e quem tinha o proveito. Questionou se seria a Associação dos Amigos da Vila e de quem era a responsabilidade do cuidado do espaço circundante ao restaurante. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe foi concedida, respondeu que a Câmara tinha feito um concurso e quem tinha ganho o mesmo tinha sido a Associação dos Amigos da Vila. Essa, por sua vez, havia cedido a exploração do espaço aos donos de um restaurante da Lagoa, José do Rego. Afirmou que havia uma zona delimitada à concessão, com os encargos da água e da luz do restaurante. Quanto à relva e à água, tinham áreas definidas como espaço público, cada um tinha os seus contadores. Acrescentou que a renda fora estipulada em €36 000.00 (trinta e seis mil euros) mais o IVA anual, a 1ª tinha sido paga e a 2ª seria em junho. Frisou que as áreas estavam bem definidas. Cada um tinha os seus contadores e as suas áreas de intervenção estabelecidas.

O senhor Carlos Braga pediu para retomar a sua intervenção e questionou o facto de o concurso não ter ido à Assembleia Municipal, como também ter sido concessionado à Associação Amigos da Vila e depois ter sido concessionado a outra empresa de restauração. Evocando a falta de transparência no ato. -----

O Presidente da Câmara afirmou que o que lhe satisfazia era que o restaurante estava a ser utilizado e que estava a correr bem. Acrescentou que Vila Franca havia muito tempo que precisava de uma boa aposta na área da restauração, atendo à crescente procura na área. Tinha havido uma cessação de exploração naquele caso e não a sobreposição de subarrendamento, explicou o Presidente da Câmara Municipal, afirmando que a situação se encontrava clara. Quanto às suposições que o senhor Carlos Braga apresentara mostrou pena convidando-o a agir, sobre o assunto, se via que algo não tinha sido feito legalmente. Assim sendo, teria tudo para impugnar, agindo em conformidade, o que não fora razoável foram as insinuações sobre a falta de transparência.-----

O Membro da Assembleia Carlos Braga, em tom alto, disse que o Presidente da Câmara estava a mentir, ao que o Presidente da Câmara pediu que o mesmo lhe retirasse o insulto.

Por último, o senhor Carlos Braga levantou-se do seu lugar e num gesto de cumprimento pediu desculpas ao senhor Presidente da Câmara Municipal.-----



Pediu a palavra o membro da Assembleia Municipal, João Simas, para em nome do Grupo Eleito pelo PSD, apresentar as questões que se transcrevem. -----

*“Sobre a construção do maior hotel dos Açores em Água D’ Alto, que os Vila-franquenses e nós também ficamos a saber pela comunicação social*

- Como se desenrolou o processo e como foi efetuada a intenção de investidor;
- *Há estudo de impacto ambiental? É necessário haver para um empreendimento desta envergadura?*
  - *Está estudada e garantido o abastecimento de água sem pôr em risco o normal abastecimento às populações?*
  - *O investidor fica responsável pela abertura da via e acesso desde o redondo do degredo á Avenida dos Bombeiros voluntários?*
  - *A pensar a médio/longo prazo e tendo a gestão pública de prever qualquer eventualidade, a viabilidade económica e ambiental deste projeto está estudada para não corrermos o risco de ficar um o maior hotel dos Açores ao abandono daqui a 10 ou 15 anos?*

*Investimento externo é sempre bom para Vila Franca do Campo e não somos contra isto, estamos sim cautelosos em relação á envergadura deste empreendimento, quanto à sua viabilidade económica e ambiental e gostávamos, portanto, que o Sr.º Presidente da Câmara nos elucidasse sobre todos este processo.”*

O Presidente da Câmara, no uso da palavra que lhe foi concedida, disse que era com imenso prazer que falava sobre a questão apresentada. Afirmou que no concelho da Ribeira Grande existia uma infraestrutura hoteleira com 1 600 camas e surpreendia-lhe o facto de estarem preocupados com a ocupação de 560 camas em Vila Franca do Campo. Informou os presentes que, assim que um projeto dava entrada na Câmara Municipal e se estivesse conforme o estipulado pela lei, não se podia impedir a sua concretização, uma vez que a Câmara não tinha competências para tal. De igual modo, referiu que, a construção de um hotel naquela zona, vinha do tempo do Presidente da Câmara Municipal, Rui Melo. Referiu que, desde que era Presidente, o projeto fora várias vezes retificado, por existirem algumas inconformidades, mas que naquele momento encontrava-se em condições de poder seguir em frente. No que dizia respeito ao volume de água, esclareceu que iria ser construído um depósito com a capacidade de 1 000 000 m<sup>3</sup> (um milhão de metros cúbicos). Demonstrou tristeza por verificar que os vila-franquenses estavam mais preocupados em pôr em causa o desenvolvimento do hotel enquanto noutros sítios o desenvolvimento de uma infraestrutura daquela natureza era aceite e até louvável por ser criadora de emprego e de mão-de-obra. Referiu que pessoalmente não era o hotel que desejaria para Vila Franca do Campo, mas a lei dizia que poderia ser e, assim sendo, a Câmara não poderia ir ao contrário do estipulado pela lei.-----

O senhor João Simas, ainda sobre a localização do futuro hotel, questionou o Presidente da Câmara Municipal, se a Rua denominada Eduardo Ribeiro, iria ser aberta, com continuidade para o lado poente, ao que o Presidente da Câmara respondeu que não se



encontrava contemplada. Todavia, adiantou que seria uma questão a ser considerada no próximo PDM. -----

De seguida, foi dada a palavra do Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, António José Ponte, que apresentou o Voto de Louvor abaixo transcrito. -----

### *“Voto de Louvor*

*O Rancho de Romeiros da Paróquia de São Miguel de Vila Franca do Campo foi recentemente distinguido pela Ordem dos Caminhantes de Santiago de Compostela com a atribuição da Medalha de Ouro de 2019.*

*Esta distinção vai na sequência de uma criança que foi curada por interceção das orações pedidas por um familiar, seu bisavô (membro da Ordem de Santiago de Compostela), há cerca de cinco, anos aos irmãos daquele rancho.*

*O seu quadro clínico era grave e os diagnósticos apresentados aos seus familiares pelos médicos não configuravam esperança para as melhoras daquela criança. E foi então que um irmão, próximo daquela triste realidade e crente na fé dos romeiros, pediu as suas orações na romaria do ano seguinte. Assim aconteceu e o milagre operou-se. Quatro anos depois, a criança está curada e cresce saudavelmente como tantos outros meninos. Esta distinção dirige-se também a todos os Romeiros da ilha de São Miguel que, todos os anos, percorrem os caminhos e atalhos, carregando pedidos e muitas orações pela paz no mundo e nas nossas famílias e pela cura de doenças que a ciência, por vezes, não resolve e que só resolve e que só o poder da Oração pela Fé traduz- se em esperança.*

*Estiveram presentes na cerimónia de entrega alguns representantes daquela Ordem que homenagearam também três responsáveis pela reabertura do Rancho de Romeiros desta Vila há vinte anos.*

*Pela efeméride que honra a nossa terra e as nossas gentes, apresento aos senhores deputados para apreciação votação este “VOTO DE LOUVOR” . “*

Colocado a votação foi aprovado por unanimidade. -----

Foi também dada a palavra ao Presidente da Junta da Freguesia de Água d’Alto, Emanuel Santos, para apresentar, o Programa **MUNICÍPIO AMIGO DO DESPORTO**, que se revelou constituir um grupo de boas práticas de *benchmarking* e de formação em relação ao modelo de intervenção dos municípios nas práticas de atividades físicas e no desenvolvimento desportivo, assim como, dos resultados obtidos pelos municípios português, nos termos abaixo transcritos. -----

*“1.O programa Municípios Amigos do Desporto tem como missão ”Monitorizar, reconhecer e divulgar as boas práticas de intervenção, no âmbito municipal, do desenvolvimento de práticas que potenciem a atividade física regular e o desenvolvimento desportivo português, partindo das práticas implementadas em cada concelho aderente ao programa”.* -----



2. O programa está assente em três pilares: i) a partilha de boas práticas; ii) a formação e iii) o reconhecimento nacional.-----
3. Os municípios aderentes participam num grupo que tem diversos benefícios ao longo do ano.-----
4. Trata-se, também, de um sistema de reconhecimento público de boas práticas, através da atribuição do Galardão “MUNICÍPIO AMIGO DO DESPORTO”. -----
5. É um programa de âmbito nacional, com câmaras de todos os distritos e das duas regiões autónomas.-----
6. Trata-se de podermos estar incluídos num grupo de câmaras com boas intervenções nas áreas do desporto e da atividade física e com as quais podemos aprender e trocar boas práticas. -----
7. Formações: os colaboradores da câmara têm oportunidade de participar em formações creditadas em regime presencial e à distância que conferem créditos para diretor técnico, técnico de exercício físico e treinador de desporto (formação geral), permitindo que possam renovar as cédulas profissionais necessárias para o exercício das suas atividades profissionais. -----
8. Possibilidade de fazermos uma autoavaliação da nossa intervenção das áreas do desporto e da atividade física, nomeadamente em relação aos seguintes aspetos: a organização, o planeamento desportivo e a dimensão económica; as instalações e as organizações desportivas existentes; os eventos de atividade física, desportivos e de formação; os programas de atividade física e desportivos; as estratégias e práticas de promoção da sustentabilidade ecológica e da eficiência energética; as práticas de desporto solidário e a promoção da ética desportiva e dos valores; as parcerias existentes; a realidade desportiva e de prática regular de atividade física; o cumprimento da legislação; a implementação de estratégias de marketing, comunicação e inovação.”-----

O Presidente da Junta de Água d’Alto, também destacou a participação do Clube de Futebol Vasco da Gama, no Escalão de Sub-13, no XII Torneio Internacional Ramo Grande Azores Cup 2019, na Ilha Terceira, onde alcançou o honroso 3ºLugar, entre as 12 equipas presentes. Continuou a sua intervenção para congratular o jovem ponta-garcense João Moniz, que foi o artista vencedor da 2.ª edição do #onestep4musicfest Bands Contest e que iria atuar em agosto no Palco LG Live do grande Festival MEO Sudoeste. Finalmente referiu que a Junta de Freguesia de Água d’Alto havia solicitado apoio ao IROA, SA, para a instalação de reservatórios com maior capacidade para Ribeira do Loural e para o Pico do Vento, de modo, a solucionar o problema de armazenamento de água naqueles locais. Referiu que a instalação do reservatório para a Ribeira do Loural, com capacidade para 200 metros cúbicos, estava prevista para esse verão e o do Pico do Vento para o ano seguinte. Dado a natureza dos trabalhos, solicitou à Câmara Municipal apoio logístico e mão-de-obra para concluir aquelas intenções.-----



## ORDEM DO DIA

### **PONTO UM - PROC. N.º 2019/150.10.701/1 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - RETIFICAÇÃO DE ESCRITURA DE CESSÃO GRATUITA- CESSÃO GRATUITA- AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL (CAMINHO RURAL DO CASTELO BRANCO)**

Foi presente à sessão a proposta de deliberação, de retificação de Escritura de Cessão Gratuita – Cessão Gratuita – Afetação ao Domínio Público Municipal, Caminho Rural do Castelo Branco, que abaixo se transcreve, e que faz parte da ata da reunião da Câmara Municipal de 3 de abril de 2019. -----

Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

**“(DL N.º 29/2019) PROC. N.º 2019/150.10.701/1 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - RETIFICAÇÃO DE ESCRITURA DE CESSÃO GRATUITA- CESSÃO GRATUITA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL (CAMINHO RURAL DO CASTELO BRANCO) - Considerando que: -----**

- a) *Na reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo do dia 10 de Setembro de 2014, foi aprovada a aceitação da cedência gratuita ao Município de Vila Franca do Campo da área total de 14.700 m<sup>2</sup> (que já se encontrava integrada no domínio público municipal – Caminho Rural do Castelo Branco) da parcela 10 do prédio rústico de que é proprietária a D. Maria Pia Gago da Câmara Botelho de Medeiros, sito em Castelo Branco, inscrito na respetiva matriz predial com o Artigo 2 da Seção U-U1-U2, da freguesia da Ponta Garça e descrito na Conservatória de Registo Predial de Vila Franca do Campo com o número 1508 da mesma freguesia; bem como foi aprovada propor a sua aprovação à Assembleia Municipal o que veio a verificar-se, na sua sessão ordinária de 24 de Setembro de 2014; -----*
- b) *Posteriormente, no dia 21 de novembro 2014 foi celebrada entre o Município de Vila Franca do Campo e Maria Pia Gago Câmara Botelho de Medeiros, a referida escritura de cessão gratuita (em anexo);-----*
- c) *Relativamente ao prédio rústico pertencente à particular acima identificada, encontra-se pendente processo de cadastro geométrico (com o n.º 125/2011) na Divisão de Informação Cadastral;-----*
- d) *E, segundo esta Divisão, a referida cedência continha um lapso que se tornou necessário retificar. Com efeito, para a celebração da escritura de cessão gratuita em causa foram tidos em conta mapas cadastrais que a requerente, D. Maria Pia Gago da Câmara Botelho de Medeiros, julgava atualizados, sendo certo que, de acordo com os mesmos, a área que foi cedida - num total 14.700 m<sup>2</sup> - fazia parte apenas da parcela*



número 10 do prédio, conforme respetiva caderneta predial (em anexo);-----  
e) Acontece, porém, que a Divisão de Informação Cadastral detetou já depois que os mencionados mapas tinham, entretanto, sido atualizados e que, afinal, uma parte da área cedida (os tais 14.700 m<sup>2</sup>) incidia sobre a parcela nº 10 (designadamente a área 6,170 m<sup>2</sup>) e outra parte incidia sobre a parcela nº 26 (designadamente a área de 8.530 m<sup>2</sup>) do referido prédio rústico;-----  
f) Face ao exposto, e na sequência do requerimento apresentado para este fim, foi deliberada a retificação da escritura de cessão gratuita celebrada no dia 21 de novembro de 2014, nos termos melhor descritos na alínea anterior, retificação esta que foi efetuada através da escritura de retificação de 28 de Abril de 2016 (em anexo);-----  
g) Sucede, porém, que veio novamente a requerente dar conta da necessidade de se proceder a mais uma retificação (em anexo) pois que, afinal, a área total que foi objeto da referida cessão gratuita não corresponde a 14.700 m<sup>2</sup>, mas antes a 21.780 m<sup>2</sup>, sendo que a mesma, segundo os novos mapas cadastrais, abrange não duas, mas antes três parcelas do prédio rústico atrás identificado, tudo conforme de seguida melhor se descreve:-----  
h) Com efeito, a área total correta da cedência efetuada pelos particulares ao Município de Vila Franca do campo corresponde a 20.480 m<sup>2</sup> (em vez dos 14.700 m<sup>2</sup>), assim decomposta: a área de 7.200 m<sup>2</sup> fazia parte e foi retirada da parcela 10 do prédio para ser cedida; a área de 4.560 m<sup>2</sup> fazia parte e foi retirada da parcela 26 do prédio para ser cedida; e a área de 8.720 m<sup>2</sup> fazia parte e foi retirada da parcela 38 do prédio (aliás, corresponde à área total desta parcela);-----  
i) Acresce que, para além de se proceder às correções que são necessárias, constantes nos pontos anteriores, e considerando que tendo ficado a Poente do Caminho cedido 6 (seis) pequenas parcelas do referido prédio rústico, também constitui pretensão da requerente, aproveitar a oportunidade, por uma questão de coerência e acerto cadastral, para efetuar a respetiva cedência ou cessão gratuita ao Município de Vila Franca do Campo. Em concreto, esta cessão gratuita que se pretende formalizar abrange as seguintes parcelas: parcela 31 (com a área total de 140 m<sup>2</sup>); parcela 32 (com a área total de 480 m<sup>2</sup>); parcela 34 (com a área total de 300 m<sup>2</sup>); parcela 35 (com a área total de 120 m<sup>2</sup>); parcela 36 (com a área total de 120 m<sup>2</sup>); e parcela 37 (com a área total de 140 m<sup>2</sup>), as quais perfazem a área total de 1.300 m<sup>2</sup>; -----  
j) Resulta, assim, face ao acima descrito, que, por um lado, até ao momento foi cedida a área total de 20.480 m<sup>2</sup> (e não a área de 14.700 m<sup>2</sup> que ficou a constar da escritura outorgada em 21/11/2014 e retificada pela escritura de 28/04/2016) do prédio rústico pertencente à requerente/particular e atrás melhor identificado, para ser integrada no domínio público municipal, e que, de facto, já se encontra integrada no referido “Caminho Rural do Castelo Branco”, na freguesia de Ponta Garça, em Vila Franca do Campo, sendo necessária a respetiva retificação, e, por outro lado, que se pretende formalizar a cessão gratuita, pela requerente/particular ao Município de Vila Franca do Campo, das 6 (seis) parcelas do mesmo prédio rústico acima melhor descritas, as quais perfazem a referida área total de 1.300 m<sup>2</sup>, para ser integrada no domínio público municipal, e que, de facto, já se encontra integrada nas bermas do referido “Caminho Rural do Castelo Branco”, na freguesia de Ponta Garça, em Vila Franca do Campo. Por conseguinte, tendo em conta a cessão já efetuada e que urge retificar, para a área (correta) total de 20.480 m<sup>2</sup>, e a cessão das 6 (seis) parcelas que se pretende formalizar com a área total de 1.300 m<sup>2</sup>, resulta, assim, que no global as cessões gratuitas em causa correspondem à área de 21.780 m<sup>2</sup>, a desanexar do referido prédio rústico; -----



- k) Tendo em conta as retificações nos termos atrás expostos, e ainda, a necessidade de formalizar a cessão gratuita das seis parcelas com a área total de 1.300 m<sup>2</sup> do referido prédio rústico, nos termos e com os fundamentos atrás expostos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere sejam as mesmas aprovadas e, em conformidade, delibere no sentido de submetê-las à Assembleia Municipal, por ser este o órgão competente para deliberar sobre a afetação de bens ao domínio público municipal, cfr. arts. 25.º, n.º 1, al. q) e 33.º, n.º 1, al. ccc) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.”-----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

## **PONTO DOIS - E N.º 1823/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS/2019 - JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO MIGUEL**

Foi presente à sessão a proposta de deliberação de Delegação de Competências, para o ano de 2019, com a Junta de Freguesia de São Miguel. Conforme deliberação da Câmara Municipal de 27 de março de 2019, será celebrado um acordo de execução e de delegação de competências, para a cooperação com a Câmara Municipal, no que respeita à conservação, manutenção e limpeza de caminhos, jardins e espaços verdes, naquela freguesia, acompanhado com os recursos financeiros no montante de € 5 000,00 ( cinco mil euros). -----

O Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel pediu a palavra e fez questão de apresentar a declaração abaixo transcrita. -----

*“Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel quero nesta Assembleia, em nome do elenco que me acompanha e dos cidadãos da nossa freguesia, manifestar o meu contentamento pelo protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo através do qual transfere para a entidade que me apraz dirigir a importância de 5.000,00.*

*Não sendo o valor ideal para responder ao que de melhor queríamos para a nossa freguesia, reconheça-se que é uma alavanca para, através de decisões previamente avaliadas, ajudar a corresponder a algumas necessidades sociais e humanas dos nossos cidadãos e das nossas instituições culturais, religiosas e desportivas, numa segunda vertente, também importante, para ajudar- nos as condições necessárias no nosso trabalho diário tendo em vista a prossecução do nosso dever:*

*O de servir a nossa população e as nossas instituições.*

*Por isso, quero publicamente agradecer ao Sr.º Presidente da câmara, Dr. Ricardo Rodrigues, a atenção para com a nossa junta e das demais do nosso concelho.*

*E o meu muito obrigado”*

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----



### **PONTO TRÊS - E N.º 2203/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PEDIDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - CONSTRUÇÃO DE OSSÁRIO - JUNTA DE FREGUESIA DE PONTA GARÇA**

Foi presente à sessão a proposta de deliberação, com o pedido de Delegação de Competências, formulado pela Junta de Freguesia de Ponta Garça. A Câmara Municipal, na sua reunião de 15 de abril de 2019, deliberou celebrar um acordo de execução e de delegação de competências, para a construção de um ossário no cemitério daquela freguesia, acompanhado dos recursos financeiros no montante de € 5 839.17 ( cinco mil oitocentos e trinta e nove mil e dezassete cêntimos). -----

O Presidente da Junta de freguesia de Ponta Garça, José Eduardo Costa, pediu a palavra para justificar o pedido de apoio referente à construção do ossário, referindo que 80% do cemitério encontrava-se ocupado, restando 20% de espaço livre, dali a grande importância para outra alternativa que passaria pela construção da referida obra, com o apoio da Câmara Municipal, pelo que manifestou o seu agradecimento. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **PONTO QUATRO - - I N.º 352/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL**

Foi presente à sessão a proposta de deliberação, para a 2ª Revisão Orçamental. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, explicou as razões da revisão orçamental apresentada, e começou por referir que tinha havido um saldo de gerência positivo que transitara do ano anterior no valor de € 820 000.00. (oitocentos e vinte mil euros) e, assim, enumerou em que áreas o mesmo iria ser aplicado. Desse modo, fez saber que seria no apoio à construção de um armazém em Ponta Garça, para compensar a falta de um que fora demolido, aquando da implantação da Capela da Luz Eterna, em Ponta Garça e que era propriedade da Fábrica da Igreja. De seguida informou que iria ser adquirida a casa da Fundação da Escola Profissional, em Ponta Garça. Também, fora contemplado o valor para a Revisão do Plano Diretor Municipal, um plano de segurança do sistema de abastecimento de água, a requalificação e conservação do Museu Municipal. Salientando que esta última que só seria possível se a Câmara Municipal tivesse acesso aos Fundos Comunitários, a digitalização do arquivo histórico, um ponto de carregamento para automóveis elétricos, situado em frente ao Café Damião, a estabilização das praias do Corpo Santo e Calhau das Dias, a Requalificação do Centro Histórico de Água d'Alto, um projeto para uma ciclo via, que vai da Vinha d'Areia até ao Poço Largo e, por último, o Parque que estava em fase de execução, sito à Avenida da Liberdade. Concluiu, o Presidente da Câmara, que foram os pontos apresentados o motivo da 2ª Revisão Orçamental. -----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Medeiros, pediu a palavra para manifestar a sua opinião, sobre a explanação feita pelo Presidente da Câmara Municipal, quanto à 2ª revisão, onde iriam ser aplicadas as verbas que transitaram do último orçamento mais a receita que viera da Empresa Atlântico Vila. Fez questão de apresentar uma proposta para a rubrica destinada a parques e arruamentos, onde estava



contemplada só a importância de € 22 000.00 (vinte e dois mil euros) e, como foi referido, que seria destinada ao Parque da Avenida da Liberdade e outra avultada verba, destinada à Ciclo Via anunciada. Salientou que a situação precária que se encontrava a rede viária do concelho, era um facto que tinha sido colocado várias vezes na Assembleia Municipal, e pelos vistos, não tinha sido contemplado. Em sua opinião, a Câmara Municipal achava que era prioritário a Ciclo Via e o Referido Parque, em detrimento das vias municipais.

O Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse ao Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, que poderia dar-lhe uma explicação mais longa, mas o que lhe ocorria no momento era dizer-lhe que a sua esperança seria concretizada. -----

Seguidamente o senhor Bruno Moniz, pediu a palavra para solicitar ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que fossem dissipadas algumas dúvidas em algumas rubricas inscritas na Revisão apresentada, nomeadamente na secção das despesas. Ao que o Presidente da Câmara respondeu que no verso das respetivas páginas, encontravam-se as rubricas todas discriminadas. -----

Pediu, também, a palavra o membro da Assembleia Bruno Machado que questionou o Presidente da Câmara sobre o armazém da Fábrica da Igreja de Ponta Garça que iria ser construído em substituição do outro entretanto demolido. Questionou se iria ter a mesma área ou se o projeto abrangeria mais área. A pergunta surgia a respeito da crescente necessidade de armazenamento de utensílios e materiais das festas e da própria Igreja.--

O Presidente da Câmara respondeu que “mais valia um pássaro na mão do que dois a voar” e, por isso, afirmou que não iria ceder a outra possibilidade, uma vez que não seria justo perante outras situações análogas. -----

Ao Presidente da Junta de Freguesia de Água d’Alto, foi-lhe dada a palavra para agradecer o apoio da Câmara Municipal, na Requalificação do Centro Histórico daquela freguesia. Quis deixar um convite ao Senhor Presidente da Câmara para estar presente na próxima reunião da Assembleia da Junta de Freguesia de Água d’Alto, onde se iria apresentar o projeto da Requalificação em causa. -----

Colocada a votação foi aprovada por maioria, com abstenção do grupo eleito pelo PSD.

## **PONTO CINCO - I N.º 341/2019 - INFORMAÇÃO - SETOR EMPRESARIAL LOCAL - RELATÓRIOS DE GESTÃO E CONTAS DE 2018**

Foi presente à sessão a Informação do Setor Empresarial Local, com os Relatórios de Gestão e Contas de 2018.-----

O Presidente da Câmara Municipal explicou a situação das Empresas e respondeu às questões que foram apresentadas pelos membros da Assembleia Bruno Moniz e Bruno Machado. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----



## PONTO SEIS - I N.º 332/2019 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - PRESTAÇÃO DE CONTAS -EXERCÍCIO DE 2018

Foi presente à sessão a proposta de deliberação sobre a Prestação de Contas – Exercício de 2018. -----

O Presidente da Câmara fez um breve comentário à situação das contas apresentadas à Assembleia, dizendo que foi uma surpresa agradável o saldo positivo de € 820 000.00 (oitocentos e vinte mil euros), afirmando assim que eram fáceis de serem apresentadas, tendo em conta a gestão que fora aplicada.-----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 8 votos contra do grupo eleito pelo PSD e uma abstenção do Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca.--

O membro da Assembleia Bruno Moniz, em nome do Grupo eleito pelo PSD apresentou a declaração de voto contra, abaixo transcrita. -----

### **“Declaração de Voto**

*O Grupo Parlamentar do PSD vem por este meio apresentar sua declaração de voto para a “Prestação de Contas – Exercício de 2018” da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, assim como se pode verificar pelo sentido de voto do grupo parlamentar, votamos “Contra” pelas seguintes razões:*

- 1. A prestação de contas do exercício de 2018, que nos é posto a votação hoje, não é a nossa visão de desenvolvimento para o concelho, mas sim resultado de uma visão do elenco camarino do PS tem do nosso concelho;*
- 2. O Grupo Parlamentar do PSD tem uma visão económica, social, funcional e de investimentos diferente, pois encontramos muitas outras áreas no concelho que necessitam de investimentos do que os executados pelo elenco camarário, como seja, a realização de obras de reabilitação do sistema viária do concelho de Vila Franca do Campo, visto que varias vias do concelho estão a necessitar de uma urgente intervenção;*
- 3. A não concretização das expectativas, que foram criadas na sociedade e no tecido empresarial vila-franquense, aquando da apresentação do “Plano Plurianual de Investimentos” para 2018, pelo elenco camarário, visto que apresentaram um montante de investimentos previstos de 3.652.169,24€ e que apenas realizaram 1.718.528.48€ de investimento, representando apenas 47,06% do Nível de Execução Global de Investimentos que a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo tinha para o ano de 2018;*
- 4. Os investimentos exigidos são aqueles que vão criar empregos indirectamente através de um desenvolvimento económico sustentável do município e seus habitantes, permitindo indirectamente criar empregos de modo a ajudar as famílias em dificuldades, de modo a libertar as pessoas dos apoios sociais; e*



5. *O município devia e deve incentivar o empreendedorismo local, conforme pedido pelo nosso Grupo Parlamentar do PSD em diversas ocasiões anteriores, com a criação de um local para criação de empresas startups, como seja, a criação de um centro de negócios para empresas cobaias para o desenvolvimento de ideias inovadoras ou mesmo para poder iniciar o seu primeiro negócio no nosso concelho.*

*Assim, os deputados do PSD votaram “Contra”.*

### **PONTO SETE - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE DISTINÇÃO HONORÍFICA DE MEDALHA DE OURO AO DR. CARLOS MELO BENTO.**

Pela Presidente da Assembleia Municipal foi apresentada a proposta de atribuição de Distinção Honorífica ao Dr. Carlos Melo Bento, com os fundamentos abaixo se transcrevem.-----

*“Carlos Eduardo da Silva Melo Bento nasceu em Ponta Delgada, mais concretamente na Rua dos Manaias, n.º 21, a 17 de dezembro de 1941.*

*Licenciou-se em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, em 1964, inscrevendo-se para o exercício de advocacia em 1966, profissão que desempenha até aos dias de hoje. Atualmente, também preside ao Conselho de Administração da Fundação Doutor Manuel de Sousa d' Oliveira. Exerceu o cargo de Delegado Interino do Procurador da República na Comarca da Ribeira Grande (1964-1966) e foi Conservador Interino do Registo Civil em Vila Franca do Campo (1966).*

*De igual forma, exerceu a profissão de professor extraordinário na Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada (1964-1975).*

*Foi o primeiro Presidente do Conselho Distrital dos Açores da Ordem dos Advogados.*

*A nível político, foi Vereador da Câmara Municipal de Ponta Delgada (1966 -1969) e Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Ponta Delgada (1993-1997).*

*Foi, igualmente, nomeado Presidente em exercício da Comissão Concelhia da Ação Nacional Popular de Ponta Delgada, de 1973 até 24 de abril de 1974, data em que foi impedido da prática política pelo então Conselho da Revolução.*

*No auge do processo revolucionário que se viveu em Portugal na segunda metade da década de 70 do século passado, foi um dos principais elementos da Frente de Libertação dos Açores (FLA), defendendo o movimento independentista nos Açores e que a independência dos Açores deveria ser referendada por voto popular.*

*Por ter participado de forma ativa na manifestação independentista que se verificou no dia 6 de junho de 1975, em Ponta Delgada, foi, em conjunto com outros notáveis açorianos, alvo de inusitada detenção.*

*Foi secretário-geral do CDS-Açores (1980-1984) e Presidente do Partido Democrático do Atlântico (1990-1994 e 1999).*

*Na vertente sócio-recreativa foi Presidente do Ateneu Comercial de Ponta Delgada (1966), pertenceu à direção dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada (1970-1975), foi Presidente*



*do Micaelense Futebol Clube (1974-1975) e, ainda, membro da Fundação Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores (desde 2001).*

*Autor de reconhecidos e exigentes trabalhos jornalísticos, colaborando com as publicações: Açoriano Oriental, Correio dos Açores, Diário dos Açores, Açorianíssima e Insulana.*

*Publicou, entre diversos trabalhos: Balda Política (1968); O Estatuto das Ilhas e a Região Açores (1970) ; Soou a hora (1976) ; Horas Amargas, diário da prisão do autor em 9 de junho de 1975 (1979); Escavações Arqueológicas em Vila Franca do Campo.(1990); História dos Açores (4 volumes, entre 1988 e 2010} e Origens Geográficas do Povo Açoriano (2015).*

*Foi condecorado com a Medalha Autónomica de Mérito, na categoria Mérito Cívico, pela Assembleia Legislativa dos Açores (em 2010} e com a Medalha de Mérito Municipal de Ponta Delgada (em 2018 ). Ao alcançar os 50 anos de carreira, foi distinguido com a Medalha de Honra pela Ordem dos Advogados Portugueses.*

*Ligação familiar a Vila Franca do Campo*

*O pai, Alfredo de Melo Bento, natural de Vila Franca, era oficial miliciano de engenharia e a mãe, Natália Maria Augusta da Silva, dona de casa, era filha do senhor Carlos Silva (a quem deve o nome}, conceituado comerciante de fazendas.*

*O pai foi também torneiro amador de grande qualidade, habilidade que aprendeu nas oficinas de marcenaria de do avô paterno de Carlos Melo Bento, de seu nome Manuel Francisco Bento (da Ponte), que foi o pioneiro da marcenaria eletrificada em toda a ilha de São Miguel e nos Açores .*

*Alfredo de Melo Bento foi também comerciante de ferragens com um pequeno estabelecimento que funcionou na rua da Cruz e na Rua dos Manaias, nos baixos da casa onde residia e onde lhe nasceram todos os filhos, Manuel Alfredo, Carlos Eduardo, José Rosa e Maria da Graça.*

*Como Comandante da Brigada Naval, em Ponta Delgada, protegeu a sua terra natal, Vila Franca do Campo, mobilizando a banda União Progressista para quem conseguiu fardamentos e instrumental, nessa época de muito difícil obtenção.*

*Carlos Melo Bento foi, durante quatro anos, aluno na Escola Normal, da Dona Mariana Bento Carreiro (que era também de Vila Franca do Campo), de José Joaquim Rebelo, Almeida Pavão, Andrade Pacheco e João Bernardo Rodrigues, no Liceu de Ponta Delgada, e de Marcello Caetano, Galvão Telles e Palma Carlos na Faculdade de Direito de Lisboa.*

*A família passava os verões na Fajã de Baixo, numa casa do Largo da Cerveja emprestada pelo avô Carlos, mas frequentava todas as Festas de Vila Franca do Campo.*

*Carlos Melo Bento conheceu Natália Correia e Vitorino Nemésio depois do 25 de Abril, e deles se tornou amigo. Juntou-os num almoço no Ilhéu da Vila, momento que considera o ponto alto da sua vivência cultural. "Assisti ali a duas horas de diálogo que jamais esquecerei", contou em entrevista ao Correio dos Açores (em fevereiro de 2018).*

*Privou com o pioneiro da arqueologia nos Açores, Manuel de Sousa D'Oliveira. Ia regularmente a Vila Franca do Campo e ficou fascinado pelas notícias das escavações arqueológicas na Vila. Os trabalhos arqueológicos iniciaram-se anos 60 do século XX, em 1967/68 e terminaram nos anos 80, após quase 20 anos de investigações.*

*Participou nas escavações, gostava, mas, admite, não tinha muita habilidade de mãos. Apercebeu-se que Sousa d'Oliveira raramente publicava os seus trabalhos, juntou todos os comunicados e,*



*com o consentimento daquele a que chamava "Mestre", acabou por publicar o livro "Escavações Arqueológicas em Vila Franca do Campo".*

*Nos finais da década de 70 e na década de 80 do século passado, manteve o único escritório de advogados existente em Vila Franca do Campo.*

*"Advogado de profissão e escritor nas horas vagas. Político por vício e necessidade.*

*. Açoriano de alma e coração", assim se define Carlos Melo Bento.*

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Aberto o período destinado à intervenção do público, a Presidente da Assembleia Municipal informou que aquele tinha a duração de 30 minutos cabendo, no máximo, a cada pessoa, 5 minutos de intervenção. Assim cada cidadão tinha de referir o nome completo, morada e o assunto/os a apresentar. -----

Entre o público presente, inscreveu-se para intervenção o munícipe – Duarte Lima Pedro Miguel Pacheco Costa, residente na Rua da Palmeira nº 24, freguesia da Ribeira Seca, concelho de Vila Franca do Campo, com a indicação de se debruçar sobre três pontos.---

Assim, no uso da palavra que lhe foi concedida, o munícipe questionou o Presidente da Câmara sobre o acesso ao Parque Industrial, pelo caminho junto ao armazém do chinês; sobre o aumento do Parque Industrial e, sobre isso, questionou se valeria a pena continuar a investir em Vila Franca do Campo e, ainda, sobre a possibilidade da câmara poder intervir na situação de perigo que ofereciam as obras inacabadas situadas na entrada de Vila Franca do Campo nomeadamente os edifícios inacabados perto do Híper Sol Mar.

Relativamente às questões apresentadas, o Presidente da Câmara respondeu, em relação à primeira e segunda questão, que o acesso estava adjudicado e que tivera de ter o parecer de várias instâncias. Havia uma série de intervenções que acreditava estar em fase de conclusão e que, a breve trecho, os trabalhos iriam começar. Quanto ao aumento do Parque Industrial referiu que a Câmara Municipal tinha 18 % da Empresa Vila Parque e, por isso, não tinha voz ativa nesse processo. Informou que tinha sido enviado um ofício aos proprietários dos terrenos a comunicar que a Câmara Municipal assumiria o custeamento do arruamento, assim como, uma série de outras despesas. A conclusão que se tinha chegado foi que não queriam aceitar as sugestões apresentadas. Referiu que aquele terreno não serviria para mais nada. Salientou a vontade em concretizar o alargamento, mas a situação era difícil, uma vez que todas as alternativas haviam sido recusadas. Relativamente à última questão referiu que era uma situação preocupante e que tinha procurado sensibilizar, captar o interesse de privados e governo de forma a se arranjar uma solução. Referiu que tinham aparecido interessados, mas que os bancos não facilitavam porque pediam sempre mais dinheiro do que estava previamente anunciado.



Arrematou referindo que a Câmara nada poderia fazer, mas acontecendo algo deveriam ser pedidas responsabilidades ao banco. Frisou que a propriedade privada tinha regras e que, em circunstâncias especiais, se poderia intervir. Arrematou agradecendo as intervenções do munícipe e referiu que as sugestões seriam tidas em conta.

Não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Paula Carvalho Dias Pimentel, Secretária da Mesa da Assembleia, a mandei escrever e subscrevo.-----

**--- Declaro ainda que a presente ata contém 19 ( dezanove) folhas. -----**

A Presidente da Assembleia Municipal

Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo

A 1ª Secretária

Maria Paula Carvalho Dias Pimental